

Batalha de Touro: vitória ou derrota?– produção de memória e identidade nas narrativas de Avis sobre a Guerra com Castela (1475-1479)

IEDA AVÊNIA DE MELLO

Pretende-se apresentar no âmbito dessa comunicação, as narrativas avisinias sobre a guerra com Castela (1475-1479), ocorrida durante o reinado de D. Afonso V de Portugal, destacando-se a peculiar Batalha de Touro.* Analisa-se a controvertida vitória do príncipe D. João sobre os exércitos de Fernando de Aragão, enfatizando o papel da guerra na produção da memória e identidades do reino português. Ressalta-se a relação com o “outro” castelhano, e a questão da preferência divina pelos lusitanos e, detrimento daqueles, garantindo a Portugal grandes vitórias. Essa proteção, porém, não garantiu a tão almejada união ibérica sob a égide portuguesa. Aborda-se ainda o uso cada mais constante na Baixa Idade Média da paz selada não somente nos campos de batalha, mas na mesa, através de acordos diplomáticos e casamentos. Exemplo disso ficou expresso no Tratado de *Alcáçovas-Toledo* (1479) que pôs fim nesse conflito entre Portugal e Castela. Tomam-se como fontes *O Livro de Apontamentos (1438-1489)*,ⁱ de Álvaro Lopes Chaves; a *Crônica de D. João II (1533)*,ⁱⁱ de Garcia de Resende; e a *Chronica do Sereníssimo Príncipe D. João (1567)*,ⁱⁱⁱ de Damião de Góis.

O livro de Álvaro Lopes é uma fonte de cunho narrativo, um códice editado da Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa, que reúne as memórias deste que foi secretário régio de D. Afonso V e D. João II. Este documento agrupa cerca de 176 fólios, compostos por relatos de guerras – como a com Castela -, viagens, regimentos e ordenações, minutas de cartas, tratados, entre outros.

Garcia de Resende escreveu a *Crônica de D. João II* provavelmente entre os anos de 1530 e 1533, oferecendo uma rica construção ideológica em torno da figura desse rei e do reino sob seu comando. Resende desde novo foi acolhido no paço, onde recebeu o cargo de moço de escrivania, presenciando os principais acontecimentos da vida pessoal e política de seu Rei.

A *Chronica do Serenissimo Principe D. João* escrita por Damião de Góis, cronista cuja trajetória foi marcada por diversas viagens a mando da Coroa, nas quais recebeu formação humanística nos principais centros da Europa. Este recebeu de D. João III no ano de 1548, o título de Guarda-Mor da Torre do Tombo, neste cargo o autor aperfeiçoou o seu ofício de historiógrafo. Em 1558, o Cardeal D. Henrique - então regente, o incumbiu a escrever a Crônica de D. Manuel e a Crônica do Príncipe D. João – publicada em 1567. Esta fonte desperta interesse pela larga cópia de informações que nos dão uma visão mais viva e incisiva nas descrições de casos e cenas observados pelo cronista, em especial a Guerra com Castela.

Segundo Veríssimo Serrão,^{iv} - em linhas gerais - a morte de Henrique IV de Castela, em Dezembro de 1474, e a relutância da nobreza afeta a sua irmã D. Isabel em aceitar a realeza da princesa D. Joana, filha daquele monarca com sua mulher D. Joana de Portugal, levaram a D. Afonso V a intervir na sucessão daquele reino. Para o autor, custava ao Africano aceitar que sua sobrinha fosse tratada depreciativa como “A Beltraneja” – para muitos, filha dos amores ilícitos da rainha com o nobre D. Beltrão de la Cueva. A defesa da honra familiar, o apoio de muitos nobres contrários à causa de D. Isabel – já então casada com Fernando de Aragão – e aliança com Luís XI de França, levaram D. Afonso V estabelecer um projeto de se casar com a sobrinha e, sob o pretexto de defender a posição desta, invadiu aquele reino. Assim, originou-se um plano de união ibérica, associando a Coroa de Castela a Portugal, que teve como desfecho militar a Batalha de Touro que abriu caminho à realeza dos Reis Católicos.

Em 1475, D. Afonso V escreve ao rei de França comunicando que em breve entraria em guerra com Castela e de que confiava no respeito de Luís XI e na aliança dos dois reinos. Entretanto, Veríssimo Serrão revela em nota que em Fevereiro do mesmo ano, Luís XI escrevera uma carta de felicitações a Fernando de Aragão, prometendo aliança. O rei francês criava mecanismos diplomáticos para obter vantagens políticas. A França neste momento buscava definir suas fronteiras, e a guerra entre Portugal e Castela foi-lhe bastante conveniente, bem como o apoio dado a Afonso V.^v

O rei de Portugal reuniu Cortes na cidade de Évora em Abril de 1475, através das quais objetivava conseguir apoio para o empreendimento da guerra. Estabeleceu, ainda, um regimento a favor do Príncipe D. João, que ficava como regente do reino. No mês seguinte, afirmou consórcio com D. Joana, assumindo o manifesto à sua realeza. Após o casamento, D. Afonso V comunica à cidade de Salamanca que iria defender o direito de sua esposa ao trono de Castela. Logo, o Africano recebeu o título de rei de Castela, Leão e Portugal.

Declarada a guerra, a nobreza dividiu-se em duas grandes facções, a mais numerosa era afeta à Isabel e Fernando, e a outra assentava fidelidade a D. Afonso V - mais na defesa legítima dos direitos da Beltraneja do que na intervenção do rei vizinho. Veríssimo Serrão, destaca que essa conduta veio explicar em grande parte o fracasso português.^{vi}

No início de 1476, D. Afonso V pede ajuda a seu filho D. João, que passa a regência à D. Leonor, sua esposa. O Príncipe dirigiu-se à Vila de Touro em Fevereiro, posteriormente a conhecida “Traição de Zamora”. O rei português rejeitara as propostas de paz entre as duas coroas.

Em 2 de Março - após a derrota de D. Afonso V em Zamora - deu-se a Batalha de Touro. Para Manuela Mendonça,^{vii} este foi o ponto alto da estadia do Príncipe em Castela, justamente no momento mais crítico da campanha de Afonso V, quando as tropas do rei se retiravam. Seu resultado foi uma indecisa vitória do ponto de vista militar, que veio a traduzir-se em vitória política para os Reis Católicos - segundo Veríssimo Serrão. Entretanto, a autora destaca que embora parcial, determinou que a situação política da Península Ibérica fosse resolvida de forma diplomática.

Ambos autores convergem que a guerra estava perdida, porém as fontes apontam uma versão distinta, reiterada pelos cronistas régios em diferentes obras, por quase um século. Por exemplo, Álvaro Lopes Chaves - secretário de D. Afonso V - deixa claro seu compromisso em produzir memória. Memória esta entendida como “propriedade de conservar certas informações”, e que no seu aspecto coletivo não é “somente uma conquista, é também um

instrumento e um objeto de poder”.^{viii} Nesse sentido entende-se a declaração do referido

Secretário régio:

“Porquanto as cousas notaues e dinas de grande memoria especialmente aquellas que são feitas pelos grandes Reis e Principes deum ser manifestas a todos por a fama [15v] delles fiqvar em lembrança aos depois vierem e se dar louor aquelles que o bem fizerão e disso poderem tomar exempro os que suas obras quizerem, portanto pareceo rasão que a batalha que ouuerão os mais altos e mais execelentes Príncipes El Rej Dom Afonso o quinto que santa gloria haja, e El Rej Dom João seu filho o segundo senhor que hora he em sendo Pirncipe com el Rej dom Fernando de Castella ante Touro e Camora se deve por aqui em escrito sumariamente tomando a força maos principaes da uerdade do feito como aconteceo por ser cousa dina de mujta lembrança aos dous dias de Março de mil e quatrocentos e setenta e seis (...)”^{ix}

A produção de memória, segundo Ulpiano Bezerra de Menezes, visa assegurar “a coesão e a solidariedade do grupo e ganha relevância nos momentos de crise e pressão”, portanto, “não é espontânea: para manter-se precisa permanentemente ser reavivada”^x – fato este que presenciaremos ao analisarmos as três fontes em conjunto.

Portugal passava por um momento delicado com a eminente derrota na disputa pela coroa de Castela. Desta forma, a coesão era necessária para manter o apoio dos grandes senhores portugueses ao conflito. Nesse sentido, Álvaro Lopes como secretário e notário régio tinha a função de divulgar as notícias sobre a guerra à corte. Encontra-se na edição referendada da obra deste autor, que ele foi investido cavaleiro da Ordem de Santiago por mercê de D. Afonso V por “*mujtos estremados seruiços que nos feitos tem por mar e por terra em paz e guerra e cmnosco nas partes dAfrica e em tomadas de lugares e em especial neste nossos Regnos de Castella*”.^{xi} Portanto, tem-se a confirmação de que ele próprio fora testemunha ocular da Guerra.

Ao analisar-se a estrutura narrativa dos textos, como previsto por Todorov,^{xii} nota-se a presença de um cânone nas narrativas avisinias relativas a guerras e combates. Estas acentuam a desvantagem dos exércitos portugueses em relação aos seus oponentes e que, por proteção divina e de santos, revertem às circunstâncias e chegam ao triunfo - como será adiante apresentado.

Ao descrever o ambiente antes e após a batalha, Álvaro Lopes narra:

“(...)os contratrios tinhão de uantajem bem setecentas ou oitocentas lanças afora peonagem empero sem embargo de todo os ditos senhores Rej Dom Afonço que Deos haja e El Rej nosso que per duas vezes fizerão uoluer os rostros de suas batalhas pelejar o que elle nunca quizerão fazer quando uiram isto os ditos senhores com esforçado Principe (...) o qual com muj erforcado coração deu nelles e rompeo a primejra e segunda batalha dos contrários que logo forão desbaratados (...)a qual cousa por ser de tanta uictoria e louor que he rezm que fique em memoria pêra os que depois uieram, e porque a croniqua desta cousa ainda nom he por extendo feita paraçoem bem e rezam se escrever aqui a soma de todo como passou.”^{xiii}

Garcia de Resende em sua *Crónica de D. João II*, escrita a cerca de cinquenta anos após a guerra reitera a mesma perspectiva em sua narrativa:

“(...)por certo que el Rey Dom Fernando por eftar mais poderoso de gente , e muyto melhor tratada, como quer que foubefte yria logo após elles com todo o feu poder(...) el Rey mandou dizer ao Príncipe que lhe mandava a bençã de Deos, e afua, e que com ella defte logo rijamente nos contraryos (...) como fingular Capitão, bradando todos pollo nome de Sam Jorge, com grande força e ímpeto deu tam brauamente nas batalhas contraryas, que fendo muyto mais gente não poderão , refisfir hos grandes, e asperos encontros, e fem muyta detença foram ambas desbaratadas e pofas em fugidas com muyto dano feyto nellas.(...)E o Príncipe como prudente Capitão, vendo a grande Victoria, que Deos lhe dera, e a boa ventura daquella ora, quis februar a honra de tamanho vencimento, que fequir o mais alcanço.”^{xiv}

Este trecho da obra de Garcia de Resende indica também a relação de alteridade para com os castelhanos denominados “*contraryos*”, uma vez que, mesmo sendo maior em número não conseguiram fazer frente ao exército português, o qual contava com o apoio de Deus e São Jorge.

Damião de Góis, aproximadamente um século após o acontecido, escreve sobre a batalha obedecendo à mesma tônica. Contudo, ao descrever detalhadamente a batalha afirmando a vitória de D. João, deixa transparecer o quão controversa foi essa vitória, legitimando-a ao evocar “a lei dos cavaleiros”:

“(...) o Príncipe D. Joaõ fegindo o que lhe El Rey feu pay mandara, chamando todos os que com ele estavaõ e São Jorge me fuá ajuda foy ferir nas cinco alas (...)Fendo já paffada grã parte da noyte, fabendo os Castelhanos que eftavão naquela batalha, junto ao Príncipe Dom João, como ElRey Dom Fernando fé acolhera para Çamora, refeofos de no dia fequinte lhes dar o Príncipe batalha, poucos e poucos fé partirão do campo, para o caminho da ferra, para onde lhe melhor pareceo (...) o Principe não quif abalar traz delle, nem mover fea hofte do lugar donde eftava(...)porque em amanhecendo delles, fé vio no campo, nem naf montanhaf que a noyte as paffaraõ todos, ficando o Príncipe Dom Joaõ vitorioso com toda a fuá gente pofa em ordem para dar batalha (...)moftando por razoens que em coftume da Cavallaria fizera paffar numa tal noyte como

paffara, quanto mais que oito horas em femelhante cafo fe podiaõ tomar por três dia naturaes donde muitas razoens que paraciaõ ter fundamento, com a força das quaes nutria, com fuá dignidade, e authoridade e preudencia, pode tanto o Príncipe ter iffo vontade não o fez abalar do campo(...), guardando em todo caminho a ordem que os vencedores em tal caso acoftumaõ ter, fegundo ley, e uso da Cavallaria.^{xv}

Essa controversa vitória não foi suficiente para garantir a vitória militar. D. Afonso V não atentara para o ambíguo posicionamento de Luís XI, e partiu para França em busca de seu apoio, como último recurso para enfim vencer o conflito. Manuela Mendonça indica que, D. João o apoiou, embora pouco acreditasse nos resultados da viagem. Rapidamente desiludido com a postura do rei francês, D. Afonso V abdica em favor de seu filho porém, tão logo volta atrás em sua decisão. Tais circunstâncias levaram-no a buscar negociações por via diplomática, já que o reino passava uma difícil situação, causado pelos gastos despendidos com o confronto.^{xvi}

D. João preparou-se para a vitória nas mesas de negociações, e para além das fronteiras da presente guerra estava em jogo o monopólio do comércio e busca do ouro da Guiné. O Príncipe lançou mão de um grande trunfo para pressionar Isabel e Fernando, A *Beltraneja* estava sob a guarda de Portugal e possuía direitos sob a Coroa do reino. Castela, segundo Mendonça, tinha por único objetivo cessar as hostilidades com Portugal com base na desistência de D. Afonso V ao trono, e por isso teria cedido a vários acordos num mesmo tratado.

No *Tratado de Alcáçovas-Toledo* (1479), foram definidos quatro acordos: o primeiro estabelecia a paz entre os reinos; o segundo dava a Portugal domínio sob as Canárias e do Bojador à Castela; o terceiro determinou a situação de D. Joana, a qual foi enviada para um convento; e o quarto dizia respeito ao perdão dos nobres em ambos os reinos. O terceiro acordo distinguiu-se por estabelecer garantias do cumprimento do tratado, definindo que o filho de D. João, D. Afonso e a filha destes, também Isabel, ficariam as cuidados de sua avó D. Beatriz, e posteriormente viriam a se casar. Contudo, a tão almejada união entre as duas

coroas sob primazia portuguesa é frustrada com a precoce morte do Príncipe D. Afonso em 1491.

A guisa de conclusão, notou-se nas narrativas avulsas uma grande ênfase à vitória na Batalha de Touro engendrada pelo paço régio, analisada num recorte cerca de cem anos. A produção de memória e identidade pretendeu no caso estudado, legitimar o poder e a primazia portuguesa diante à Castela, e garantir a coesão do reino em um momento de crise. Tal fato se torna mais claro ao refletirmos sobre a tensão gerada em Portugal principalmente pelos gastos com a manutenção da guerra. Mormente, quando essa narrativa é retomada por Damião de Góis em 1567 mediante a morte D. João III, onde a ausência de um herdeiro de maior idade deixava latente a ameaça da coroa portuguesa voltar ao domínio espanhol – como depois ocorreu após a morte de D. Sebastião. Portugal nunca concretizara o sonho de submeter o reino do qual se emancipou. Entretanto, tratando-se de produção de memória e identidade, o mais relevante para os portugueses foi que: “*o Príncipe como prudente capitão, vendo a grande victoria, que deos lhe deu, e a boa ventura daquella ora, quis mais assegurar a honra de tamanho vencimento (...)*”.^{xvii}

* A presente comunicação foi desenvolvida como parte de um Projeto Integrado que estuda a questão da construção da identidade nacional portuguesa, realizado pelo *Scriptorium* – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos do Departamento de História da UFF.

ⁱ CHAVES, Álvaro L. *Livro de Apontamentos (1438-1489)*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

ⁱⁱ RESENDE, Garcia. *A Cronica de Dom João e Miscelâneas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

ⁱⁱⁱ GOIS, Damião. *Chronica do Sereníssimo Príncipe D. João*. Coimbra: Real Oficina da Universidade de Coimbra, 1790.

^{iv} SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. V.II A Formação do Estado Moderno (1415-1495). Lisboa: Ed. Verbo, 1980. p.91.

^v Idem.p.92

^{vi} Idem.p.94.

^{vii} MENDONÇA, Manuela. *D. João II – um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991. p.130-131.

^{viii} LE GOFF, Jacques. Memória. *In: História e Memória*. Campina: Editora UNICAMP, 1994. p.426,476.

^{ix} CHAVES, Álvaro Lopes. Op. Cit. p.71

^x MENESES, Ulpiano Bezerra. A História Cativa da Memória. *In: Revista de Estudos Brasileiros*, N. 34, USP:1992. p.15.

^{xi} CHAVES, Álvaro Lopes. Op. Cit.p.27

^{xii} TODOROV, T. *As Estruturas Narrativas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

^{xiii} CHAVES, Álvaro Lopes. *Ibidem*. p.71

^{xiv} RESENDE, Garcia de. Op. Cit. p.12-13.

^{xv} GOIS, Damião de. Op. Cit. p.183-185.

^{xvi} MENDONÇA, Manuela. Op. Cit. p.145.

^{xvii} RESENDE, Garcia de. Op. Cit. p.13.